

SUMÁRIO

Introdução.....	09
Capítulo 1	
A Coletivização do Direito na Sociedade de Massa	15
1.1. A superação da <i>summa divisio</i> : a pessoa humana como vértice do ordenamento jurídico. O abandono da idéia do homem como sujeito isolado e o surgimento dos interesses difusos	15
1.2. Os interesses difusos e a distinção entre direitos coletivos e direitos individuais homogêneos.....	25
1.3. Características dos direitos difusos	30
1.3.1. A indeterminação dos titulares	30
1.3.2. A indivisibilidade do direito.....	32
1.3.3. A intensa conflituosidade entre as partes envolvidas.....	34
1.3.4 A transitoriedade e mutação dos direitos.....	36
1.4 Superação do dogma do direito subjetivo. Relevância do interesse legítimo e o desenvolvimento da teoria para a defesa dos interesses difusos.....	37
1.5 Direitos fundamentais de terceira dimensão e o princípio da solidariedade	43
Capítulo 2	
O Meio Ambiente e a Pessoa Humana	57
2.1 A visão antropocêntrica do meio ambiente: a tutela voltada para o desenvolvimento da pessoa humana.....	57

2.2 A amplitude do conceito de meio ambiente.....	62
2.3 O meio ambiente equilibrado na Constituição Federal de 1988	67
2.4. O relevante papel da responsabilidade civil na tutela do direito fundamental ao meio ambiente	80
2.5 O dano ambiental	97
2.5.1.O limite de tolerabilidade.....	97
2.5.2. O conceito e a autonomia do dano ao meio ambiente	100
 Capítulo 3	
O Dano Extrapatrimonial Coletivo e sua Reparação	107
3.1 O dano extrapatrimonial: a consagração na Constituição Federal e as teorias que buscam conceituá-lo.....	107
3.2 O dano extrapatrimonial: do individual ao coletivo e difuso.....	119
3.3 O dano extrapatrimonial ambiental	132
3.4. A dupla função da indenização por danos extrapatrimoniais: as críticas do caráter punitivo e a sua importância sob a ótica dos conflitos coletivos.....	152
3.5 O arbitramento do <i>quantum</i>	169
3.5.1. O “bom senso” do juiz e a necessidade da motivação das decisões	169
3.5.2. Os critérios apontados pela doutrina e jurisprudência....	173
3.6 Os instrumentos processuais para a tutela jurisdicional do dano extrapatrimonial coletivo.....	179
3.6.1. A insuficiência do modelo clássico do processo civil para a tutela dos interesses difusos, a necessidade do acesso coletivo à justiça e o surgimento da Lei 7.347/85 (Lei de Ação Civil Pública).....	180
3.6.2. Aspectos pontuais da Ação Civil Pública e o Fundo para Defesa dos Direitos Difusos	185
3.6.3 A ação popular	191
 Conclusão	 195
 Bibliografia.....	 203